

BARBERIS, Daniela S. O organismo como modelo para a sociedade: a emergência e a queda da sociologia organicista na França do *fin-de-siècle*. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004. Pp. 131-136. (ISBN 85-904198-1-9)

## O ORGANISMO COMO MODELO PARA A SOCIEDADE: A EMERGÊNCIA E A QUEDA DA SOCIOLOGIA ORGANICISTA NA FRANÇA DO *FIN-DE-SIÈCLE*

Daniela S. Barberis \*

*Resumo – No último quarto do século XIX, uma das correntes da sociologia emergente tentou moldar-se numa ciência que havia tido grande sucesso científico nesse período: a fisiologia. Na França, esta corrente, conhecida como organicismo ou "sociologia biológica", fez grande uso de analogias biológicas e, especialmente, da metáfora orgânica. Em 1890, René Worms ofereceu a esta sociologia um jornal e uma série de instituições internacionais, como a Société Internationale de Sociologie. Entretanto, pouco depois da virada do século XX, a sociologia organicista foi abandonada pela maioria de seus representantes, inclusive pelo próprio Worms. Esta comunicação vai analisar as razões do sucesso inicial e da derrota acadêmica desta corrente da sociologia através da análise de dois debates cruciais, o primeiro tendo lugar dentro das instituições de Worms, o segundo com um grupo rival, os Durkheimianos. Esses debates me permitirão revelar as vantagens e os problemas que o modelo orgânico apresentava para a sociologia do ponto de vista de seus proponentes e de seus rivais. Estava em jogo nestes debates a possibilidade de produzir uma ciência da sociedade.*

### INTRODUÇÃO

No período entre 1870 e o começo do século XX, várias tentativas foram feitas para fundar uma ciência da sociedade, geralmente denominada sociologia. Escreveram-se livros programáticos, criaram-se revistas, fundaram-se sociedades, fizeram-se tentativas de criar cátedras em instituições universitárias. Vários grupos foram formados, com pontos de vista diferentes sobre como deveria ser a

\* Max Planck Institut für Wissenschaftsgeschichte, Berlim, Alemanha. E-mail: [barberis@mpiwg-berlin.mpg.de](mailto:barberis@mpiwg-berlin.mpg.de)

nova ciência da sociedade; vários padrões foram propostos para o trabalho sociológico, mas não conseguiram produzir um consenso entre as pessoas que se consideravam sociólogos. Hoje vou examinar um dos modelos propostos para a sociologia na França, conhecido sob o nome de “organicismo” e representado por vários autores vagamente interconectados. A tese que vou defender é que, apesar de sua rápida queda como paradigma sociológico, o organicismo contribuiu para a aceitação de características fundamentais do novo objeto proposto pela ciência emergente: a “sociedade”. A existência de tal objeto realmente não era evidente. O organicismo contribuiu significativamente para a difusão de uma certa concepção deste objeto e de sua existência.

Começando com a República de Platão, muitos autores filosofaram sobre a natureza das sociedades. Entretanto, a reivindicação de novidade feita pela sociologia tem justificativa, uma justificativa centrada na significação e existência do seu objeto de eleição, a “sociedade”. As teorias previamente existentes e dominantes que davam conta do comportamento gregário humano, interpretavam os grupos humanos como sendo produto da decisão e reflexão, em outras palavras, como grupos “artificiais”. Deste ponto de vista, os seres humanos teriam começado a viver juntos porque encontraram utilidade e benefício nestes agrupamentos: a sociedade seria um expediente encontrado pela razão para melhorar as condições de existência humanas. Esta concepção comparava a sociedade a um mecanismo feito pelo homem, cujas partes funcionavam juntas de acordo a um esquema preconcebido. Era uma visão “voluntarista” da sociedade: quer ela fosse o resultado do acordo de muitos, como na teoria do contrato social de Rousseau, quer de um, como na teoria de Hobbes, ela era o produto da mente e da imaginação humanas. Era um instrumento útil nas mãos dos homens, mas algo do qual os seres humanos podiam, em princípio, prescindir, e que eles sempre podiam modificar à vontade. Se os homens eram os autores da sociedade, eles podiam destruí-la ou transformá-la.

A sociologia organicista, em resposta a este gênero de teorias do mundo social, defendia que a sociedade era um produto natural, como uma planta ou um animal; ela nascia, crescia, e se desenvolvia por virtude de uma necessidade interna. Nesta época, era uma verdade geralmente aceita que todos os seres naturais, dos minerais ao homem, estavam dentro da competência da ciência positiva, em outras palavras, que estavam sujeitos a leis necessárias. Portanto, se fosse possível demonstrar que a sociedade era um ser natural, estas leis necessárias da natureza seriam aplicáveis a ela também, e passava a ser possível argumentar *em princípio* em favor da existência de uma ciência da sociedade, ou seja, era possível afirmar, através da indução, que leis sociais *deviam existir* (antes de haver descoberto qualquer delas). Esta linha de argumentação se baseava na crença em um contínuo entre os fenômenos naturais, entre os quais existiam apenas diferenças de grau, mas não saltos qualitativos. A sociedade era infinitamente mais complexa que um pólipo porém esta diferença era apenas de grau e não de gênero. A sociedade evoluía de acordo com as mesmas leis que todos os outros fenômenos da natureza, inclusive pólipos. A continuidade da natureza tinha, como conseqüência lógica, a unidade da ciência: o conhecimento destes fenômenos naturais contínuos constituía um contínuo epistemológico paralelo, de forma que todas as ciências formavam parte de um único espectro. Para aplicar conhecimentos de uma disciplina à outra, geralmente localizada num nível superior da hierarquia, era necessário apenas aplicar uma analogia, que permitia a transferência de métodos e resultados. A unidade da ciência e a continuidade da natureza eram dois credos amplamente aceitos no fim do século dezanove e serviram de base para o desenvolvimento de vários campos de conhecimento.

O uso da analogia orgânica em sociologia constituiu uma longa defesa da realidade da sociedade e do seu caráter natural. Além disso, os proponentes do organicismo acreditavam ardentemente que modelar a sociologia na biologia era o único meio de torná-la uma ciência. No que se segue, vou analisar os argumentos dos organicistas e as críticas feitas contra eles por um número crescente de autores à medida que o século dezanove se aproximava de seu fim. Minha exposição se limita a

organicistas que trabalhavam na França, mas a descrição de seus pontos de vista se aplica também aos organicistas alemães e ingleses. O organicismo apresentava grande variedade em seus detalhes, mas os pontos centrais que a teoria tentava estabelecer eram comuns a todos, e, como veremos, foram aceitos por sociólogos que rejeitaram o organicismo como método para a sociologia. A teoria organicista na sua forma mais extrema foi abandonada pela maioria de seus proponentes por volta de 1900.

Os organicistas franceses se reuniram em torno das instituições criadas por René Worms, ele próprio um expoente desta teoria. Um jovem muito empreendedor, Worms fundou, em 1893, com 24 anos, o primeiro grupo de instituições internacionais de sociologia na França: a *Revista Internacional de Sociologia* e o Instituto Internacional de Sociologia, que tinha como fim organizar um congresso internacional por ano. Worms também persuadiu um editor a criar uma coleção de livros sociológicos, a “Biblioteca Sociológica Internacional”, e a publicar os Anais dos congressos. Em 1895 ele instituiu uma sociedade de sociologia de Paris, como complemento à sociedade internacional. A lista de membros do instituto e da revista de Worms eram impressionantes e incluíam: Alfred Espinas, que havia defendido o primeiro doutorado em sociologia na França e acabava de ser nomeado professor da Sorbonne; Gabriel Tarde, o sociólogo não universitário mais conhecido da França; Jacques Bertillon e Émile Cheysson, estatísticos sociais de reputação; o economista Charles Guide; o historiador Gabriel Monod, editor da *Revue Historique*; e Théodule Ribot, professor no Collège de France e editor da *Revue Philosophique*. Os membros estrangeiros incluíam Georg Simmel e Ferdinand Toennies na Alemanha; Carl Menger e Alfred Schaeffle na Austria; Alfred Marshall e Douglas Galton na Inglaterra; Thorstein Veblen, James Baldwin, e Franklin Giddens nos Estados Unidos; e Rafael Garofalo e Enrico Ferri na Itália. Apesar de a composição das instituições de Worms ser eclética e que muitos pontos de vista podiam encontrar lugar nelas, elas inicialmente reuniram e apoiaram o trabalho de um número considerável de organicistas, uma tendência que vinha crescendo desde a metade do século dezenove e que tinha chegado ao seu apogeu no momento da criação por Worms da sociedade internacional e de sua revista.

Os organicistas dotaram a sociologia de uma realidade concreta a estudar: a sociedade. Para eles, as sociedades eram tão reais quanto um organismo vivo. Elas não existiam fora dos indivíduos que as formavam, porém eram mais do que a soma de suas partes. Cada sociedade era uma totalidade, um todo, uma entidade com atributos e leis próprias. A analogia orgânica tornava esta concepção imediatamente aparente: da mesma forma que um organismo era mais do que um monte de células, uma sociedade era mais do que um grupo de indivíduos; um fenômeno novo emergia de sua conjunção. Chamar a sociedade de organismo implicava que ela seguia a evolução necessária comum a todos os produtos da natureza. Não era um produto da vontade humana. Esta descrição inicial nos mostra alguns dos problemas levantados por esta forma de caracterizar a sociedade: Quais são os elementos constitutivos da sociedade? A sociedade existe em função do indivíduo ou o indivíduo em função da sociedade? Estas questões foram longamente debatidas na época.

Vou agora passar a um outro aspecto do organicismo: o modelamento da sociologia na biologia e sua lógica. René Worms perguntou explicitamente: “O que precisamos fazer para criar a sociologia?” (WORMS, 1895, p. 1). Ele respondeu que, logicamente, precisamos observar os fatos sociais, classificá-los, e revelar suas leis. Porém, havia um trabalho preliminar a ser feito antes de se submergir nestas pesquisas. Este trabalho preliminar consistia em descobrir que conhecimentos já estavam à disposição da sociologia através do trabalho realizado pelas ciências “inferiores”. Existia uma hierarquia da ciência e as ciências sociais eram as mais elevadas porque seu objeto era o mais complexo de todos e continha, de certa forma, os objetos de todas as outras ciências. Seguindo esta linha de reflexão, Worms argumentou que cada nível fenomenal continha em si os fenômenos dos níveis inferiores. Portanto, o problema de saber qual a contribuição das ciências “inferiores” à sociologia se reduzia ao problema do que a *biologia* tinha a contribuir à sociologia, já que esta

continha os fenômenos dos níveis anteriores. Em outras palavras, segundo esta lógica, era desnecessário investigar o que a física, a química ou as matemáticas poderiam contribuir à sociologia – os conhecimentos destas ciências encontravam-se “contidos” na biologia. Portanto, uma hierarquia Comteana da ciência, com sua teleologia do progresso implícita, fundamentava o projeto organicista. A rejeição da psicologia como ciência sobre a qual a sociologia poderia se basear também era de origem Comteana – o desprezo de Comte pela psicologia é bem conhecido. A questão de qual a ciência que deveria servir de base para a sociologia foi ela mesma uma questão que gerou debates veementes, já que um número considerável de cientistas sociais apoiavam o uso da psicologia como modelo. A sociologia organicista, tendo rejeitado o indivíduo como a unidade relevante para o estudo sociológico, opunha-se fundamentalmente a qualquer sociologia que quisesse se apoiar na psicologia.

Os organicistas acreditavam que a sua sociologia lhes oferecia um sistema racional para classificar os fenômenos sociais e, de fato, acreditavam que possuíam o único sistema classificatório racional disponível porque seu sistema era um sistema de classificação *natural* (i.e. que correspondia às divisões presentes no mundo). Um sistema classificatório era considerado essencial para o desenvolvimento da sociologia porque ele tornava possível a utilização do método comparativo. Jacques Novicow, um defensor incansável da teoria organicista, escreveu o seguinte: “Como encontrar uma estrutura *natural*, categorias *reais*? Como eliminar completamente o subjetivismo e o antropomorfismo?” (NOVICOW, 1899, p. 139). De todos os métodos sociológicos disponíveis – o método histórico, o materialismo econômico, e o método psicológico – apenas o organicismo era capaz, segundo ele, de oferecer uma solução que não fosse arbitrária e artificial. “Se é verdade que a evolução social segue as linhas gerais da evolução biológica, as funções biológicas devem reproduzir-se na sociedade. Conseqüentemente, as categorias *naturais* da biologia serão as categorias *naturais* da sociologia.” As funções principais do organismo – nutrição, reprodução, e interação – se encontrariam na sociedade sob forma de funções econômica (que corresponderia à nutrição), fisiológica (que corresponderia à reprodução) e intelectual e moral (que corresponderiam aos fenômenos de interação). Apesar da pretensão de possuir uma classificação natural, entretanto, cada organicista desenvolveu o paralelo entre classificação social e classificação biológica de forma diferente. O que correspondia na sociedade à função reprodutiva do organismo, por exemplo, deu lugar a muitas discussões. Os organicistas também sustentavam que as divisões da biologia correspondiam ponto por ponto às da sociologia: havia uma anatomia social, uma fisiologia social, uma patologia social e, naturalmente, uma terapêutica social. Os organicistas dedicaram grandes esforços a especificar que estruturas sociais correspondiam às células, aos tecidos, aos órgãos, e a desenvolver a analogia entre o organismo vivo e a sociedade em detalhe.

À medida que o fim do século dezenove se aproximava, as críticas do modelo organicista da sociologia tornavam-se crescentemente clamorosas. O Terceiro Congresso do Instituto Internacional de Sociologia, que teve lugar em 1897, foi dedicado em grande parte à discussão deste paradigma para a sociologia. Ele foi defendido por Lilienfeld, Novicow, Worms, e Espinas e foi atacado pela maioria dos outros participantes, especialmente por Gabriel Tarde. Eu vou apresentar apenas as críticas principais aqui. Elas podem ser divididas em dois grandes sub-grupos que podem ser classificados como contendo críticas “internas” e “externas”, isto é, críticas da teoria em si, e críticas das conseqüências políticas que os autores tiravam destas teorias. Eu vou tratar aqui apenas das críticas “internas” mas posso falar das questões políticas durante o período de questões, se houver interesse no assunto.

As críticas “internas” do organicismo giravam principalmente em torno da questão da adequação ou do ajuste da comparação entre organismo biológico e sociedade. Muitos críticos sustentavam que a sociedade não podia ser comparada com um organismo porque os elementos da sociedade, os indivíduos, estavam separados uns dos outros, e não eram contíguos, como nos corpos. Além disso, os elementos sociais eram móveis e podiam deixar a sociedade; eram conscientes e podiam seguir seus

próprios fins. A esta crítica, os organicistas geralmente respondiam que, quando observados de perto, os elementos do organismo também estavam separados uns dos outros e eram, em alguns casos, capazes de sobreviver por algum tempo separados do organismo a que pertenciam. Alguns organicistas, como Worms, enfatizavam a dificuldade de especificar onde começa e onde termina a consciência e argumentavam que toda matéria viva era consciente em certa medida, já que era sensível. Portanto, para os críticos da analogia orgânica, a descontinuidade, mobilidade, e consciência dos elementos da sociedade revelavam uma profunda diferença de natureza com o organismo; para seus defensores, existia apenas uma diferença de grau.

Outra questão debatida era a dos limites do organismo social. Enquanto os organismos vivos tinham limites claros, as sociedades pareciam fusionar-se umas às outras e seus limites eram difíceis de determinar. Os organicistas respondiam que a variabilidade dos limites da sociedade não fazia que esta deixasse de ser um organismo dado que esta variação também acontecia na biologia – por exemplo, no fenômeno de crescimento. Outra crítica era que os indivíduos, ao contrário das células, podiam pertencer a várias sociedades ou órgãos ao mesmo tempo. Os organicistas mais uma vez tentavam demonstrar que este fenômeno também ocorria nos organismos – um exemplo favorito era o do enxerto. Tarde e vários outros críticos argumentaram que a evolução social seguia o sentido inverso da evolução orgânica. Enquanto os elementos do organismo começavam sua evolução separados completamente uns dos outros (como organismos unicelulares) e desenvolviam uma interdependência cada vez maior, o contrário era verdadeiro nos indivíduos: “Quanto mais os elementos vivos se organizam, mais eles perdem sua individualidade, até que ela desaparece inteiramente. Ao contrário, quanto mais os elementos sociais se socializam, mais sua individualidade se acentua e se desenvolve” (TARDE, 1897, p. 255). Novicow tentou mostrar que isto era falso e demonstrar que a diferenciação crescente dos elementos componentes era uma lei da evolução social e biológica. Citando Claude Bernard, afirmou que a autonomia dos elementos individuais do organismo era respeitada na sua associação e que no organismo biológico “o todo esta subordinado às partes, exatamente como no organismo social” (NOVICOW, 1899, p. 103). Os debates se multiplicaram em torno da questão de se era possível considerar a sociedade verdadeiramente como um ser vivo e se ela possuía consciência. Paralelos engenhosos entre organismos e sociedade tentaram eliminar as críticas, mas apenas conseguiram revelar que era impossível chegar a uma conclusão unívoca na maioria dessas questões. A utilidade do modelo organicista para a sociologia ficou cada vez mais em questão.

Depois do congresso de 1897, o consenso entre os sociólogos foi que a analogia orgânica não servia mais aos fins da sociologia. Ela era incapaz de oferecer respostas concretas a problemas sociológicos específicos e gerava debates intermináveis nos quais os participantes tendiam a permanecer nas suas posições iniciais. Segundo Bouglé, um crítico do grupo Durkheimiano, essas posições eram predeterminadas por preferências metafísicas. O organicismo, na sua perspectiva, oferecia apenas formulas vagas e devia ser relegado ao museu da história da ciência, onde seria colocado “entre as hipóteses inúteis e as metáforas perigosas” (BOUGLÉ, 1900, p. 337). Bouglé foi, em certa medida, profético.

Em conclusão, entretanto, eu gostaria de enfatizar que várias das suposições do organicismo permaneceram como parte da sociologia que teve êxito em institucionalizar-se academicamente na França, isto é, como parte da sociologia Durkheimiana. Durkheim partilhou várias das preocupações do organicismo: ele também desejava estabelecer a realidade da sociedade, sua complexidade, o fato que ela era uma entidade natural, e a possibilidade do estudo científico desta entidade. Não posso entrar em mais detalhes devido às restrições de tempo, mas o eu que quero deixar claro é que nos trabalhos “clássicos” de Durkheim, que se tornaram parte do cânon da sociologia, nós encontramos uma concepção da sociedade que em grande parte coincide com a concepção defendida pelos organicistas. O organicismo ajudou a estabelecer a realidade da sociedade como objeto, e a possibilidade de seu estudo científico. A metáfora orgânica permaneceu na sociologia posterior de

forma não explícita, porém continuou a estar presente. Poderíamos dizer que ela sofreu um processo de “repressão” e que como todo conteúdo “reprimido” ela se manifesta de formas das quais não temos consciência.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BOUGLÉ, C. La sociologie biologique et le régime de castes. *Revue Philosophique* **51**: 337-352. 1900.
- NOVICOW, J. La théorie organique des sociétés. Défense de l'organicisme. *Annales de l'Institut International de Sociologie* **5**: 71-223, 1899.
- TARDE, G. La théorie organique des sociétés. *Annales de l'Institut International de Sociologie* **4**: 237-260, 1897.
- WORMS, R. *Organisme et société*. Paris: Giard et Brière, 1895.